

## Amazônia: um rol de propostas

Aziz Ab'Saber

A Amazônia Brasileira, por dezenas de anos, a partir dos anos 60, foi apresentada ao Mundo Ocidental como uma região uniforme e monótona, pouco compartimentada e desprovida de diversidade fisiográfica, ecológica e social. Enfim, um espaço sem gente, sem história e sem tradições próprias, sujeita por essa razão mesma, a qualquer manipulação, através de planejamentos feitos à distância, ou passível de receber propostas de obras faraônicas, vinculadas a uma falsa e inconsistente ideologia de desenvolvimento regional.

O tempo se encarregou de demonstrar os fracassos das políticas públicas endereçadas para o mundo amazônico das terras brasileiras. Os fracassos foram múltiplos e quase sempre irreversíveis. Houve sangria de recursos públicos, subsídios dirigidos para classes dominantes e total ausência de previsão de impactos ecológicos e sociais, nos mais diversos tipos de projetos. Fracassos na política de terras. Fracassos nas políticas agropecuárias. Fracassos na política indigenista. Completa ausência de criatividade na busca de modelos auto-sustentados e não predatórios de utilização econômica. Total desprezo pelo destino das populações tradicionais, independentes da floresta: índios, seringueiros, castanheiros, caboclos beiradeiros. Desenvolveu-se uma política hidrelétrica envolvendo enormes gastos, baixo rendimento econômico, e acarretando enormes situações de conflitos entre as obras, a natureza e os homens. Implantou-se rodovias no coração das selvas, com total alienação e ausência de previsão de conseqüências ao nível de fatos físicos, ecológicos, sociais e fundiários. Em contrapartida, houve o estabelecimento de múltiplas frentes de devastação, a partir das margens das estradas, não completamente implantadas, sem que os responsáveis pelos projetos tivessem organizado um competente e bem elaborado sistema de gerenciamento, criativo e precavido. Disso resultou um enquadramento fundiário caótico e conflitante para a maior parte da Amazônia Brasileira, sem qualquer possibilidade de controle por parte do Estado. Pior do que isso: houve total imprevisão e omissão em relação à proteção das águas de rios, igarapés e lagos, de onde provém a alimentação tradicional de milhões de amazônidas, pobres e desamparados: Permitiu-se a privatização de igarapés, a expulsão de beiradeiros historicamente viventes das histerlândias selváticas, e, por fim uma dura investida contra roceiros baseados em atividades de subsistência. Houve tolerância e estímulos assimétricos para a grande e pequena mineração, as quais envolvem diferentes processos predatórios. Ocorreu uma criminosa permissividade para a invasão de reservas indígenas, por intermédio do aliciamento dirigido de ingênuos garimpeiros prontos para qualquer reação violenta- sob controle de proprietários especuladores e aviadores enriquecidos. Instalou-se uma atmosfera de completa insensibilidade das autoridades regionais e máfias de proprietários de barrancos em face de contactos culturais desiguais: índios vivendo na pré-história (yanomamis) e componentes rústicos da base da pirâmide social regional, vivendo sua triste aventura amazônica (garimpeiros, posseiros, capatazes, peões, gateiros, caminhoneiros, barqueiros, pistoleiros profissionais).

Um rol de propostas para a Amazônia dependerá sempre de um bom conhecimento de suas diferentes sub-áreas ou células espaciais. Por outro lado, as proposições devem atender à ordem de criticidade criada pela desordem ecológica e social, instalada no último quarto de século. Será sempre em nível de correções nos processos anômalos e na estrutura e funcionamento das instituições públicas, que se poderá obter uma mudança de rumo nas coisas amazônicas. Dedicamos parte de nossa vida, nos últimos anos, à elaboração de propostas prévias para a região, reunindo idéias de consenso e sugerindo outras tantas derivadas da nossa:

- Reexame completo do perfil energético da Amazônia, a nível da região como um todo e das diferentes potencialidades e necessidades regionais. Exigir uma operacionalização correta e permanente das hidrelétricas instaladas ou em vias de construção, para otimizar o atendimento das áreas por elas servidas. Idem, para as termoelétricas. Estimular trabalhos e invenções que ofereçam alternativas para hidrelétricas ou termoelétricas. Encontrar soluções para o aproveitamento regional das reservas de gás e petróleo existentes na Amazônia Ocidental (região do Urucu).

- Incentivar uma nova campanha de estudos e experimentação racionalizada, ao longo da planície amazônica- do Solimões a Marajó- para uma utilização econômica das várzeas e lagos, com atividades agrícolas e de pesca, não predatórias e garantidamente renováveis. Evitar desmatamentos ao longo dos diques marginais do Amazonas e seus afluentes. Não recorrer a tecnologias radicais, de origem alienígena, de comprovada periculosidade em suas aplicações ao domínio dos lagos, várzeas e igapós amazônicos.

- Elaboração de uma nova política para as fronteiras na Amazônia, que favoreça efetivamente as relações culturais e econômicas das comunidades fronteiriças, sem arrogância e posturas

assimétricas e humilhantes. Estabelecimento de verdadeiras cidades "relais" de interesse bi-nacional, sem o ranço do militarismo ou de barreiras alfandegárias radicais, com favorecimento de pequenas trocas, a favor de grupos humanos localizados em espaços nacionais vizinhos e complementares (das fronteiras com as Guianas às fronteiras com a Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia). incentivos indiretos para a implantação de pequenas indústrias, implantação de supermercados e centros culturais e desportivos, de acesso livre e organizado, a serviço de uma nova mentalidade e amizade e intercâmbio entre comunidades residentes nas mais remotas fronteiras da humanidade.

- Estabelecimento de uma política especial para o meio urbano. com ênfase ao ambiente e à qualidade de vida das cidades de funções múltiplas e grandes desigualdades sociais e culturais (Manaus, Belém. Rio Branco, Macapá, Boa Vista, Santarém, Marabá); maior cuidado e responsabilidade com o saneamento básico de cidades grandes médias ou pequenas, onde dominam bolsões de pobreza e uma forte tendência para a reprodução da miséria.

- Exigir um atendimento rápido, integrado e inteligente, entre o DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) e os órgãos de meio ambiente federais, estaduais e municipais para minorar as conseqüências do uso continuado e indiscriminado de produtos mercuriais nas áreas e distritos de garimpagem, a fim de proteger o trabalhador e as comunidades ribeirinhas; própria experiência. A lista é longa. Sublinhamos aqui, alguns itens prioritários para discussões ulteriores:

- Estabelecimento de uma política de co-habitação não conflitante, no interesse de todas as comunidades residentes (grupos indígenas, seringueiros, caboclos beiradeiros, garimpeiros, pequenos proprietários e fazendeiros não absenteístas).

- Listagem dos problemas emergentes de todas as sub-áreas da Amazônia Brasileira, desde Vaupés ao Amapá, e do Acre a Marajó, e Corredor "Carajás São Luiz" (Ab'Saber, 19).

- Modificações substanciais na legislação que autoriza genericamente um desmatamento de até 50% em qualquer tipo de propriedade amazônica.

- Esforço concentrado na recuperação e utilização agrária dos espaços devastados durante a abertura das agropecuárias (feita por criminosas queimadas).

- Consolidar diretrizes para o florestamento e o reflorestamento das áreas degradadas do Corredor "Carajás São Luiz".

- Consolidação do modelo das reservas extrativistas, para dinamizar economia das populações tradicionais "in situ". apoiando-as no campo da saúde, educação, saneamento básico. informações abastecimento e comercialização de produtos.

- Desdobrar os tipos de reservas extrativistas. em três modelos:

a) reservas extrativistas comunitárias:

b) reservas extrativistas intra-glebas:

c) reservas extrativistas de setores ecológicos e; < mis (babaçu. castanha. produtos naturais raros).

- Busca de seriedade e redirecionamento da política rodoviária na Amazônia: contenção da abertura de novas estradas enquanto não só completarem as rodovias já existentes: replanejar o uso das estradas e o gerenciamento das atividades de suas margens; criar núcleos de apoio e realizar melhorias substanciais nos trechos críticos, para garantir funcionalidade;

- Considerando o perigo da expansão, as complicações e a letalidade da "cólera". que ameaça as fronteiras amazônicas, realizar uma nova campanha de saneamento básico, de interesse pan-amazônico. envolvendo o combate e tratamento da malária . hanseníase. elefantíase, cólera e doenças venéreas.

- Estabelecer posturas mais racionais e inteligentes para a localização industrial. cruzando a análise das viabilidades técnicas e econômicas com as viabilidades ambientais (sanidade do ar. sanidade das águas, sanidade dos solos. compatibilização de funções no entorno, e correta previsão de impactos ecológicos e sociais).

- Proibição do uso de produtos químicos e agrotóxicos prejudiciais às águas de igarapés, a fim de evitar envenenamento das águas e dos peixes, alimento principal e a razão básica da sobrevivência das populações tradicionais.

- Proibição de qualquer privatização de igarapés , considerados "estradas vicinais" para seringueiros, índios e caboclos beiradeiros.

- Estabelecimento de uma política indigenista esclarecida e não preconceituosa, para garantir:

a) a integridade física e comunitária das populações indígenas;

b) a territorialidade das reservas indígenas como espaço de sobrevivência das etnias de raízes pré-históricas;

c) a cultura dos grupos indígenas, em todos os níveis - sociológicos, etnológicos, ergológicos, anímicos e lúdicos;

d) a não ingerência de componentes agressivos ou contagiantes. de grupos humanos rústicos da base ou do topo das sociedades ditas modernas. Evitar o etnocídio para neutralizar o genocídio das populações indígenas;

e) rechaçar e execrar os conceitos idiotizados emitidos por componentes ignorantes do governo, a respeito dos indígenas brasileiros.

- Proibição de qualquer interferência de particulares e leigos em áreas de reservas indígenas. Interdição da atividade turística em reservas indígenas. Garantir acesso exclusivo, discreto e contido. para antropólogos, lingüistas e professores especializados, às áreas de reservas indígenas. Organização de um fundo internacional para a proteção e defesa dos grupos indígenas, de diferentes níveis de aculturação. a ser gerido por lideranças indígenas e conselhos antropológicos de reconhecida competência e idoneidade. não amarrados aos limites temporais de qualquer gestão governamental.

- Esforço concentrado para implantar modelos de desenvolvimento - em diversas escalas - com o máximo de "florestas-em-pé. Grande esforço para a preservação das biodiversidades regionais em unidades sob gerenciamento adequado: definição de áreas e faixas de terreno para uma exploração autosustentada e não predatória; cuidados especiais para a manutenção e ampliação não predatória da pesca na Amazônia.

- Extinção total de subsídios para projetos de grande e médio porte dirigidos a empresas particulares ou estatais na Amazônia. até que os órgãos públicos sejam reestruturados e que seja instalada uma política integrada de ecodesenvolvimento, de comprovada eficiência para o homem e a natureza regional.

- Uma nova postura governamental, de múltiplos e pequenos auxílios e subsídios, para a melhoria da produtividade e qualidade de vida das populações residentes desfavorecidas, com ênfase no manejo agrícola, atendimento médico hospitalar, educação para preservação ambiental e conquista da cidadania. saneamento e higiene, melhoria da habitação fornecimento ou acesso a equipamento de trabalho, e estabelecimento de padrões adequados do desenvolvimento.

- Uma política especial de fomento para a produção de guaraná. cacau, dendê, castanha, jaborandi e babaçu, envolvendo áreas do centro e periferia da Amazônia.

- Providenciar uma avaliação. no mínimo bienal, do estado em que se encontram os grandes projetos na Amazônia. Revisão do seu sucesso ou insucesso. Quais as causas do fracasso ou do sucesso. O que faltaria para completar os empreendimentos. Com que recursos. Onde buscar os recursos mínimos para tais complementações. Quais os parceiros possíveis e aceitáveis. De que forma e por que processos aproveitar as implicações dos projetos para ulterior aproveitamento, a nível regional. Por todas essas razões não há como protelar a implantação de um sistema de avaliação periódica por comissões de personalidades e especialistas livres e independentes.

- Estimular técnicos, cientistas e inventores populares, para o encontro de alternativas para o desmatamento, uso de culturas sombreadas, dinamização econômica e social das reservas extrativistas. estabelecimento de modelos de fazendas florestais em áreas degradadas, adaptadas às condições e peculiaridades de cada sub-região da Amazônia. Com premiação para as melhores idéias e estratégias propostas.

- Organização e implantação de um Conselho da Amazônia, composto por técnicos. cientistas e políticos. conhecedores da região e seus problemas. e de especialistas convidados, para a elaboração de consistentes políticas públicas para a Amazônia e um sistema de gerenciamento suficientemente abrangente e detalhado. independente dos períodos de uma determinada gestão governamental. Caberá ao Conselho da Amazônia defender, a custo de todas as estratégias, o patrimônio natural. o homem e a sociedade, a biodiversidade "in situ". ao máximo possível. a diversidade étnica e cultural: e, induzir, através de propostas estudadas e corretas, um padrão múltiplo de desenvolvimento econômico, social e ambiental para o Grande Norte brasileiro.

- Exigir um maior entrosamento e acordo entre diferentes e pro-parte esclerosados órgãos governamentais para a fixação de uma política tributária que:

a) incentive a produtividade econômica a favor do maior número de habitantes da região. e. sob o máximo possível de preservação da "floresta-em-Pé:

b) que ofereça compensações aos que efetivamente colaborem com a preservação da biodiversidade e adotem normas racionalizantes referentes ao tamanho da propriedade, espaço máximo de supressão de florestas e tempo para a organização e avaliações da economicidade dos empreendimentos agropecuários ativos.

---

- Reestabelecimento de um IBDF. reestruturado e saneado, a serviço da defesa da biodiversidade a nível do Brasil como um todo e das florestas tropicais em particular, assim como das novas exigências de um florestamento e reflorestamento para o conjunto do território brasileiro, sob a bandeira da social forestry e das florestas para o ambiente.

- Coibir a especulação fundiária, em suas faces mais anômalas e enganadoras. Investir contra as escamoteações cartoriais que apanham áreas das velhas propriedades compradas ou legalizam posses inalienáveis.

- Desaprovar projetos de colonização especulativos em áreas de solos de baixa fertilidade ou em regiões distantes, fora de qualquer círculo de economicidade.

- Recomenda-se uma política de eliminação dos latifúndios - por todos os meios legais disponíveis - com vistas à destinação múltipla das terras: núcleos de colonização sob garantias de controle e extensão agrônoma por cinco a sete anos. reservas de biodiversidade "in situ", parques nacionais, fazendas florestais, reservas extrativistas, entre outras.

- Considera-se em aberto o recebimento de outras propostas, de interesse para a proteção ambiental e revitalização econômico-social e cultural da região amazônica. Com ênfase na preservação da biodiversidade "in situ" e na proteção da Amazônia.